



Lei de Diretrizes Orçamentárias

# Lula veta calendário de pagamento de emendas e amplia atrito com Congresso

— Após medida provisória que retoma tributação da folha de pagamento de empresas, atos do presidente ao sancionar LDO reforçam o clima de embate entre Executivo e Legislativo

BRASILIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva volta a despachar hoje no Palácio do Planalto, após um recesso de oito dias na praia privativa de Restinga de Marambaia, no Rio. Em seu retorno à capital federal, Lula terá de manejar negociações duras com o Congresso e retomar diálogos sobre mudanças a serem feitas no primeiro escalão do governo.

Ontem, o presidente sancionou, com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Um dos trechos vetados na medida publicada no *Diário Oficial* da União tornava obrigatório o empenho de recursos para o pagamento de emendas impositivas em até 30 dias depois da divulgação da proposta. Esse item foi duramente contestado pelo governo enquanto a LDO tramitava no Congresso, por retirar do presidente o poder de definir o fluxo de liberação de emendas.

No despacho, o governo argumentou que o calendário “iria de encontro ao primado de que o Poder Executivo federal estabelece o cronograma financeiro de reembolso”. Durante o primeiro ano de mandato de Lula, se tornou praxe a liberação de emendas impositivas às vésperas de votações importantes para o governo. O Orçamento de 2024 terá volume recorde de emendas, no valor de R\$ 53 bilhões.

O Congresso, porém, não deve recuar do aumento de poder conquistado sobre as emendas, tanto no montante destinado a cada parlamentar quanto na definição de quando esses valores deverão ser pagos. Portanto, será preciso que Lula se envolva nas articulações para impedir a derrubada de mais um veto presidencial no Legislativo.

## Para entender

### ● Recursos

Emendas parlamentares são recursos no Orçamento do governo federal que podem ser direcionados aos redutos eleitorais de deputados e senadores para, por exemplo, realizar obras e implementar políticas públicas

### ● Valores

O Orçamento de 2024 terá volume recorde de emendas parlamentares, no valor de, aproximadamente, R\$ 53 bilhões. Deste total, os parlamentares terão direito a cerca de R\$ 25 bilhões em emendas individuais impositivas. Ou seja, esse valor tem de ser obrigatoriamente gasto pelo governo nos locais indicados pelos congressistas

### ● Calendário

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, Danilo Forte (União Brasil-CE), estabeleceu um calendário que obriga o governo a empenhar (reservar para pagamento) todas as emendas impositivas (obrigatórias)

### ● Poder

A medida aumenta o controle do Congresso sobre a liberação de recursos do Orçamento da União e reduz o poder de barganha do Planalto em votações no Legislativo

### ● Vetos

Lula sancionou ontem, com vetos, a LDO de 2024. Entre os dispositivos vetados pelo presidente estão trechos do calendário para a distribuição de emendas impositivas, de pagamento obrigatório

Em meados de dezembro, o Congresso derrubou os vetos do petista ao marco temporal para demarcação de terras indígenas e ao projeto que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores e reduz a alíquota de contribuição previdenciária de pequenos municípios. O tema desoneração é mais um ponto de estresse entre Executivo e Parlamento neste início de 2024.

**MP.** A medida provisória desenhada pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para retomar a tributação gradual da folha de pagamento das empresas foi mal recebida pelo Congresso. Senadores prometeram resistir às mudanças feitas pela equipe econômica do governo e garantiram que o Planalto sofrerá resistência desde a largada.

Além da derrubada do veto de Lula à medida, a reação ne-

gativa se deve ao fato de os parlamentares terem editado um projeto de lei que manteve o benefício aos setores que mais empregam até 2027. Com esse clima de tensão instalado, o presidente deverá se juntar a Haddad nas tentativas de negociar com o Congresso.

A reoneração da folha é mais uma das medidas formuladas pela equipe do ministro da Fazenda para aumentar a arrecadação em busca do déficit zero neste ano. A meta para o resultado primário das contas públicas – ou seja, os gastos federais não podem superar o somatório da arrecadação com tributos e outras fontes – foi mantida na LDO deste ano.

**‘PRESIDENCIALISTA’.** A resistência do governo ao avanço dos parlamentares sobre a execução do Orçamento federal no ano eleitoral tem potencial de dificultar ainda mais a arti-

culação política do Planalto no Legislativo. Como mostrou a *Coluna do Estadão*, o veto ao calendário de repasses na Lei de Diretrizes Orçamentárias era esperado, mas reforça a rota de colisão entre os Poderes. À *Coluna*, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (AP), classificou como “impróprio” o desejo dos parlamentares de “determinar quando recursos devem ser pagos” e destacou que o sistema de governo é “presidencialista”. A LDO também prevê um teto de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral, que poderá ser utilizado pelos partidos políticos em gastos com as eleições municipais de 2024.

O texto, aprovado pelo Congresso em 19 de dezembro, traz orientações para a elaboração do Orçamento de 2024 e fixa parâmetros para a alocação de recursos para garantir a realização das metas e objetivos contemplados no Plano Plurianual (PPA).

**‘JABUTIS’.** Outro veto de Lula foi à emenda apresentada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e aprovada pelos parlamentares na votação final da LDO que proíbe eventuais despesas com invasão ou ocupação de propriedades rurais privadas; realização de abortos não permitidos em lei; cirurgias para troca de sexo de crianças e adolescentes; ações que possam influenciar “crianças e adolescentes, da creche ao ensino médio, a terem opções sexuais diferentes do sexo biológico”; e ações tendentes a desconstruir, diminuir ou extinguir o conceito de família tradicional, formado por pai, mãe e filhos.

Nenhum desses tópicos estava previsto no projeto da LDO e haviam sido rejeitados na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O próprio relator do texto, deputado Danilo

Forte (União-CE), considerou a emenda de destaque um “jabuti”, estranho ao texto.

“O texto da emenda também gera forte insegurança jurídica, frente à proposta que trazia, de forma vaga, a vedação a despesas que ‘direta ou indiretamente, promovam, incentivem ou financiem’ várias condutas”, justificou o governo, em comunicado.

**FUNDEB.** O presidente vetou o uso dos recursos da União destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para pagar despesas de transporte, alimentação e fornecimento de uniforme e kit escolares. Foi vetada ainda a possibilidade de alocação de recursos da União para construção e manutenção de vias estaduais e municípios que não estão em sua esfera de competência.

## Eleições municipais LDO prevê R\$ 4,9 bi para o fundo eleitoral, que poderá ser utilizado pelos partidos em 2024

Lula também vetou a possibilidade de destinação de recursos para construção, ampliação ou conclusão de obras a entidades privadas sem fins lucrativos e a reserva de, no mínimo, 30% de recursos de programas de moradia, como o Minha Casa, Minha Vida, para cidades com até 50 mil habitantes.

O texto da LDO aprovado pelo Congresso previa ainda que o Meio Ambiente deveria executar ações voltadas ao bem-estar animal, à atenção veterinária e ao controle populacional ético, inclusive para castração. O trecho foi vetado, por ser estranho ao objetivo da LDO. ●WESLEY GAL-

ZO, SANDRA MANFRINI E ANDREA VERDELLIO

## Na agenda imediata, substituição de Dino e 1 ano do 8/1

BRASILIA

No retorno à Presidência neste início de 2024, a substituição do ministro da Justiça, Flávio Dino, é um dos temas de

definição imediata com que Lula precisará lidar. O atual titular da Justiça tomará posse como ministro do Supremo Tribunal Federal em 22 de fevereiro, mas o presidente afirmou no fim do ano passado

que ele permanecerá no governo até a primeira semana deste ano para participar da cerimônia de um ano da tentativa de golpe ocorrida em 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

O petista pretende reunir os

chefes dos três Poderes e um bom número de governadores para simbolizar o triunfo das instituições democráticas. Mas governadores de oposição devem desfalecer o evento sob alegações de férias, viagem a trabalho e até “falta de convite”.

Há a expectativa de que a Esplanada dos Ministérios passe

por mudanças neste ano para corrigir as rotas do governo. Interlocutores de Lula, no entanto, afirmam que uma reforma mais ampla, com mudanças em várias pastas, não deve ocorrer já no início do ano.

A principal troca deve ser feita apenas no Ministério da Justiça. ●W.G.